

# COMANDO DE GREVE REALIZA REUNIÃO ABERTA COM A REITORIA

Na tarde de segunda-feira, 29/05/2023, conforme deliberação de assembleia, os docentes da UEM se reuniram com o reitor Prof. Dr. Leandro Vanalli e a vice-reitora profa. Dra. Gisele Mendes, para **cobrá-los sobre uma posição firme em defesa das pautas dos docentes e do reconhecimento da greve como instrumento legítimo de luta**. O comando reforçou a necessidade de maior esforço da reitoria para expor a situação que levou à greve e buscar abrir negociações com o governador.

Durante a reunião **o comando de greve fez críticas à última nota da Apiesp** (Associação dirigida pelos Reitores das sete Universidades Estaduais do Paraná), em especial quando afirmam que as negociações com o governo estavam paralisadas por causa da greve. Tal afirmação não é verdadeira, pois as negociações jamais iniciaram. **A afirmação também é uma forma de desqualificar a greve como instrumento legítimo dos trabalhadores, desestabilizando o movimento e iludindo muitos docentes com a ideia de que o governo estava disposto a negociar (mesmo jamais tendo feito isso em todo seu mandato).**

Em relação ao plano de carreira docente apresentado pela Apiesp em 10/04/2023, **o reitor confirmou que sofreu resistência e questionamentos da Secretaria de Administração e Previdência (Seap) e, por isso, não avançou desde então**. Isso reforça, mais uma vez, que não é a greve que tem impedido negociações, mas sim os as próprias amarras orçamentárias que o governo impõe. A greve, ao contrário, tem sido a forma justa e legítima de expor a situação, qualificar a discussão junto à comunidade interna e externa, e exigir o cumprimento da garantia constitucional de não redutibilidade dos salários.

Outra pauta defendida pelo movimento grevista foi que os contratos temporários dos professores aprovados nos testes seletivos sejam efetivados e/ou renovados, mesmo nos períodos de férias e durante a greve.

O comando de greve argumentou que o período de férias letivas não é, necessariamente, período de férias docentes. Para os temporários, muitas vezes, esse é o único período em que o professor tem condições de trabalhar ativamente com a pesquisa e extensão, uma vez que durante o período letivo está sobrecarregado com uma carga-horária didática altíssima.

**Além disso, o movimento reafirma que a condição do contrato temporário não pode ser utilizada como subterfúgio para desestruturar a função de docente universitário**. Desta forma, todos devem ter isonomia com os docentes estatutários, com condições de trabalho para atuar no tripé ensino-pesquisa-extensão, bem como garantias de exercer seu direito constitucional de greve.

**Nesse ponto, a reitoria se comprometeu a avançar com os processos de contratação, mas não indicou prazos para que isso ocorra**. O movimento grevista deve continuar se organizando e cobrando agilidade nesse processo, bem como a defesa da isonomia e dos concursos públicos.

**Foi solicitado pelo movimento que haja mais transparência e agilidade nas informações disseminadas pela reitoria**, e que sejam sempre em defesa das reivindicações do movimento docente e em favor das universidades públicas.

**O movimento grevista segue se fortalecendo pela garantia constitucional da data-base, contra a defasagem salarial de 42%**, resultado de 7 anos sem reposição salarial. A luta pelos salários está umbilicalmente ligada à luta por condições dignas de trabalho, e pela existência de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, para atender às reais necessidades da classe trabalhadora!

**File-se ao sindicato, participe e fortaleça as atividades da greve para conseguirmos avançar na luta pelos nossos direitos.**